

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva
Nº 978 - 07/3/2016

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

REDUÇÃO CONTRATUAL ATINGE PROFESSORES E PREJUDICA INÍCIO DE SEMESTRE

Mais uma vez os docentes da PUC-SP se veem às voltas com a incômoda situação de não saberem ao certo como será o seu semestre letivo na universidade. Vários professores receberam a malfadada cartinha da DRH solicitando que ele compareça ao departamento para informar se concorda ou não com a redução salarial.

Antes de mais nada, é bom lembrar que existem duas situações previstas na Convenção e

no Acordo Interno que justificam a redução. O artigo 34 da Convenção prevê que "ocorrendo supressão de disciplina, classe ou turma, em virtude de alteração na estrutura curricular prevista ou autorizada pela legislação vigente ou por dispositivo regimental devidamente aprovado por órgão colegiado da Instituição de Ensino, o professor da disciplina, classe ou turma deverá ser comunicado da redução da sua carga horária, por escrito,

com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início do período letivo e terá prioridade para preenchimento de vaga existente em outra classe ou turma ou em outra disciplina para a qual possua habilitação legal".

Já no caso de redução de carga horária por diminuição do número de alunos matriculados, o texto prevê que, "o professor do curso em questão deverá ser comunicado, por escrito, da redução parcial ou total de sua car-

ga horária no período compreendido entre o primeiro dia de aula e o último dia da segunda semana de aula do período letivo". O professor terá cinco dias úteis para dizer se concorda com a redução.

A única possibilidade recente que a Fundasp teve para notificar seus docentes propondo redução da carga horária expirou na sexta-feira, dia 26/2, último dia da segunda semana de aula do período letivo. Foi quando venceu o prazo que a mantenedora tinha para propor redução alegando comprovada diminuição do número de alunos matriculados.

Mas a redução da carga horária, embora autorizada pela Convenção Coletiva e admitida pela jurisprudência, é uma exceção e, como tal, depende da real existência da circunstância que a au-

Continua na página 2

ASSEMBLEIA DOS PROFESSORES

15/3

TERÇA-FEIRA

17h30

Sede da APROPUC

Eleições da APROPUC

FUNCIONÁRIO

Fortaleça
sua entidade!

Filie-se à
AFAPUC

continuação da capa

torize. Inexistindo essa comprovação ou ficando demonstrada que a redução de alunos não teve a intensidade necessária para justificar a redução da carga, o docente fica desobrigado de acolhê-la. A solução para o impasse, caso a Fundasp não retroceda voluntariamente, é o ajuizamento de ação requerendo a nulidade da medida.

Por isso o professor deve ficar atento para esclarecer se o motivo alegado pela Fundasp foi realmente a redução do número de alunos matriculados, e se a tal redução de fato ocorreu no âmbito de seu curso a ponto de justificar a medida.

TRANSPARÊNCIA

A situação se complica quando o fluxo de dados entre as diversas instâncias burocráticas da PUC-SP é lento e não permite aos docentes e estudantes acompanharem a situação real de suas turmas. As notificações de redução de contratos chegaram, via de regra, primeiro aos professores atingidos, depois às suas chefias. Em muitos desses casos, a diferença entre os parâmetros da Fundasp e o número de alunos matriculados financeiramente era pequeno e muito provavelmente se completaria com o pagamento da mensalidade. Como nem todos os dados estão computados, a "cartinha" chega ao docente sem que ele esteja realmente em situação de redução contratual. As chefias acadêmicas imediatas têm o direito de saber exatamente a situação de seus docentes para tomar as devidas providências, no entanto só ficam sabendo algum tempo depois que a resolução de corte foi tomada.

Essa situação causa constrangimento não só aos docentes, mas tumultua todo o andamento das aulas, fazendo com que os estudantes não tenham a certeza de qual turma irão frequentar ou se vai existir a tal turma.

Mais uma vez o aspecto financeiro prejudica o acadêmico, fazendo com que a função primeira da universidade seja colocada de lado.

Funcionários iniciam discussão de seu Acordo Interno

Os funcionários administrativos iniciaram na quinta-feira, 2/3, as discussões para a assinatura de um novo Acordo Interno. A diretoria da entidade explicou que a intenção da AFAPUC era pela manutenção das atuais cláusulas que presidem o texto. Do ponto de vista das reivindicações econômicas o secretário executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo, informou que seguirá as deliberações das negociações salariais dos sindicatos. Porém a AFAPUC levantou a possibilidade de um adiantamento do reajuste caso as negociações demorem, com o que o secretário concordou. A AFAPUC solicitou também a inclusão da cláusula, já aprovada no Acordo da APROPUC de licença-maternidade/paternidade para adoção tanto para casais hetero e homoafetivos. Resta acertar a idade limite da criança adotada. Ao lado reproduzimos as principais liberações dos funcionários.

Principais pontos discutidos no Acordo Interno

Proposta	Posição dos funcionários
Cláusula 5ª - O não pagamento da remuneração no prazo estipulado acarretará multa de 1/30 do salário bruto. <i>FUNDAÇÃO PROPÕE 1/50 AVOS</i>	Não concordam e propõem manutenção do texto original
Cláusula 6ª - Antecipação mensal passa de R\$ 1.100 para R\$ 1.300	Concordam
Cláusula 10ª - Cesta Básica <i>FUNDAÇÃO PROPÕE QUE SEJAM SEGUIDOS OS CRITÉRIOS DA CONVENÇÃO COLETIVA</i>	Propõem cartão com valor idêntico ao do HSL, R\$ 144
Cláusula 12ª - Parágrafo 4- Somente será possível ao bolsista concluir um curso de Graduação ou Sequencial, Extensão ou Pós-Graduação <i>FUNDAÇÃO PROPÕE QUE SEJA SUPRIMIDA A MODALIDADE DE EXTENSÃO.</i>	Concordam
Cláusula 14ª - Auxílio escola <i>FUNDAÇÃO PROPÕE QUE PASSE DE R\$ 586,50 PARA R\$ 660</i>	Concordam
Cláusula 22ª - Aviso Prévio - Para os funcionários com mais de 45 anos fica assegurado um acréscimo de 15 dias. <i>FUNDAÇÃO PROPÕE AUMENTO DO LIMITE DA IDADE PARA 50 ANOS.</i>	Não concordam e propõem manutenção do texto original

Além dessas modificações os funcionários gostariam de ver contemplado em seu Acordo Interno as chamadas portarias da mesma forma como acontece em Sorocaba

AFAPUC e APROPUC lançam campanha em apoio aos funcionários da limpeza

As associações de funcionários e professores da PUC-SP estão promovendo uma ação solidária para arrecadar mantimentos para os funcionários da terceirizada Higilimp, como forma de minimizar os problemas enfrentados por estes trabalhadores.

No mês de fevereiro a Higilimp (empresa terceirizada encarregada da limpeza da PUC-SP) deixou de pagar os salários de seus funcionários, que entraram em greve contra a responsável pela empresa que não foi localizada pela Justiça.

Em seguida a Fundasp contratou a empresa Impacto (que já fazia a segurança da universidade), para assumir também a limpeza. A Impacto assumiu cerca

de 50% dos empregados da Higilimp que estavam na PUC-SP, no entanto hoje os funcionários da Higilimp estão passando dificuldades, sem receber salários, em meio a uma crise econômica sem precedentes. Mesmo os funcionários absorvidos pela Impacto não receberam os salá-

rios de fevereiro e encontram-se em dificuldades.

A AFAPUC e a APROPUC contam com a colaboração de toda comunidade, no sentido de contribuir, trazendo qualquer alimento não perecível à sede da AFAPUC (Garagem - Prédio Novo/ Perdizes).

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Andressa Vilela, Marina D'Aquino

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octavio de Souza e Victoria C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

8 de março será comemorado com muita luta

Nesta semana, comemora-se mais um 8 de março, Dia Internacional da Luta da Mulher. As informações sobre a origem da data ainda são muito difusas. A versão mais difundida insiste em afirmar que o 8 de março teria começado a partir de uma greve ocorrida em 1857, em Nova York, onde teriam morrido 129 operárias queimadas vivas. Recentemente, entretanto, diversos movimentos sociais mostram que o Dia Internacional da Mulher tem origem socialista.

Segundo pesquisas do Núcleo Piratininga de Comunicação, a data foi fixada a partir de uma greve iniciada no dia 23/2/1917, na Rússia, em uma manifestação organizada por tecelãs e costureiras de Petrogrado, cenário do estopim da primeira fase da Revolução Russa.

Essas mulheres se inspiraram na luta das trabalhadoras dos Estados Unidos, que nesse momento também lutavam por melhores condições de trabalho, fazendo greves e pressionando o patronato.

Apesar da importância que a luta das mulheres socialistas teve tanto para a história do feminismo, quanto da Revolução Russa, um acontecimento que mudou a forma de enxergar o mundo que estava consolidado àquela época, as manifestações femininas não aparecem em registros históricos, são fatos apagados de uma história escrita por homens. Por isso, o dia 8/3 se torna tão importante no ca-



Cartaz enviado pela AFAPUC às trabalhadoras da PUC-SP

lendário de lutas dos movimentos sociais: é um momento para mostrar que as mulheres estão presentes no cenário político, social e econômico e vão lutar para que possam ser sujeitos que escrevem sua própria história.

Este ano, as mulheres saem às ruas para exigir a legalização do aborto e lutar contra o ajuste fiscal e a reforma da previdência, medidas que visam colocar a conta da crise econômica nas costas de trabalhadores e, principalmente, trabalhadoras.

Além de enfrentarem jornadas duplas ou até triplos de trabalho, as mulheres, no Brasil, ganham apenas 62% do salário de um homem com a mesma escolaridade, segundo re-

latório da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico. Esse número coloca o país ao lado do Chile no primeiro lugar do ranking de maior discrepância de renda entre gêneros no mercado de trabalho. Em São Paulo, o ato acontece na Avenida Paulista.

COLETIVOS SE ORGANIZAM NA PUC-SP

Na Pontifícia, o Coletivo Contestação, o Coletivo Ocupar e Construir e a Marcha Mundial das Mulheres, organizaram uma programação para o 8 de março. No dia 2/3, aconteceu uma roda de conversa sobre a impor-

tância da data, onde Helena Zelic, da Marcha Mundial das Mulheres, contextualizou história da luta das mulheres socialistas que marcou esse dia.

Além disso, Zelic destacou que o 8 de março é uma data referência para todos os movimentos sociais, uma vez que acontece no início do ano e, assim, fortalece uma agenda de lutas para a esquerda, principalmente da luta feminista.

A estudante acrescentou ainda que as mulheres seguem encabeçando o movimento que pede a saída do presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB), que representa uma ameaça à luta das mulheres e à sociedade como um todo

GAUCHE NA VIDA

O que o sítio de Atibaia nos revela

*Hamilton Octavio
de Souza*

Por mais banal de seja essa história do sítio de Atibaia utilizado pelo ex-presidente Lula e sua família, entre tantos factoides que costumam dominar o noticiário político da grande imprensa, o caso merece sim uma leitura criteriosa e sem a paixão cega das torcidas organizadas. No momento em que o país está carente de debates sobre projetos nacionais, programas de desenvolvimento e propostas para as mais urgentes demandas do povo brasileiro, o episódio é revelador do nível de promiscuidade existente entre empresas privadas e lideranças políticas, sobretudo o modo de agir de alguns dos envolvidos, pessoas físicas e jurídicas.

Pode-se até afirmar que os órgãos do Estado (Polícia Federal, Ministério Público e Judiciário) e a grande imprensa privada (jornais, revistas e concessionários dos serviços públicos de radiodifusão) não teriam o mesmo empenho de investigação e divulgação se o personagem central dessa história não fosse o ex-presidente Lula, mas qualquer outro político de destaque. No entanto, em tempos de devassa geral vale lembrar que a Operação Lava Jato já indiciou dezenas de poderosos empresários, lobistas, doleiros e mais de 40 parlamentares de vários partidos, a maioria do PP, PMDB e do PT.

A direção petista protesta contra a "injusta perseguição" das instituições do Estado e da imprensa ao ex-presidente Lula, principal e único candidato presidencial do partido em 2018. Está no seu papel defender o filiado, já que desgaste público e inviabilização da candidatura Lula seriam grandes trunfos das oposições. Sem a candidatura

Lula, salvo surpresa de alguma outra liderança, o PT e seus aliados teriam muita dificuldade em recuperar a popularidade perdida com o atual governo e assegurar uma vitória em 2018.

Além do interesse político e eleitoral, evidentemente, a história do sítio nutre os sentimentos de boa parte da população em relação aos grupos dirigentes do país, especialmente após a onda de protestos iniciada em junho de 2013, o engodo eleitoral de 2014, a grave crise econômica de 2015. É evidente que o povo acompanha com justa indignação as denúncias de corrupção e o eterno malabarismo dos políticos em torno do poder. Boa parte da sociedade está cansada de bandalheira e se manifesta claramente contra a impunidade de quem quer que seja.

Se o caso do sítio fosse apenas uma denúncia falsa, sem pé nem cabeça, por que não foi rápida e facilmente desmontada pela família Lula, por seus amigos (José Carlos Bumlai, Roberto Teixeira, Fernando Bittar, Jonas Suassuna etc) e demais envolvidos (OAS, Odebrecht etc), já que, afinal, todos dispõem de bons e caros escritórios de advocacia e de amplo acesso aos meios de comunicação, sem contar o apoio de parlamentares, personalidades, blogueiros e redes sociais.

O que impede o desmascaramento da suposta perseguição eleitoral? Em primeiro lugar está a verdade dos fatos em relação à existência concreta do sítio, suas dimensões e valores, sua propriedade, sua utilização, obras da reforma, coisas e pessoas reais. Nada disso é ficção ou invenção fantasiosa, é a mais pura realidade. Em segundo lugar está o peso dos depoimentos de diferentes personagens (comerciantes, prestado-

res de serviços, engenheiros, arquitetos), os quais, apesar de contestados pelo Instituto Lula, fortalece a suspeita sobre o verdadeiro dono do sítio e a conexão das obras com algum esquema de propinas.

Mesmo que alguém considere normal que grandes empreiteiras patrocinem obras num sítio qualquer, sem receber nada em troca, por que os denominados proprietários do sítio, adquirido por R\$1.500.000,00, Fernando Bittar e Jonas Suassuna, ambos sócios de um dos filhos de Lula numa empresa de games, não vieram a público rápida e prontamente esclarecer a intrincada situação? Ao contrário, se esconderam da imprensa e deixaram que a história do sítio fosse tratada em notas divulgadas pelo Instituto Lula.

Nos depoimentos dados à Polícia e ao Ministério Público, comerciantes, engenheiros e prestadores de serviços forneceram informações e provas sobre o seguinte: 1) As obras das reformas do sítio custaram, só de material, mais de 500 mil reais, e foram acompanhadas de perto por familiares e amigos de Lula, entre os quais a esposa Marisa Leticia e o compadre Roberto Teixeira. 2) Todas as despesas, a maior parte paga em dinheiro vivo, foram rateadas pela OAS, Odebrecht e Usina São Fernando, de Bumlai.

Mesmo que se afirme que o sítio é emprestado e que alguns amigos empresários deram as obras de presente para o ex-presidente Lula, é no mínimo estranho que tais obras tenham sido destinadas a uma propriedade de terceiros. Ao aceitar presentes de OAS, Odebrecht e Usina São Fernando, quando ainda estava no exercício do mandato, o ex-presidente pode até não ser acusado da prática de crime, mas nada impede que

venha a ser questionado se tal comportamento fere ou não o decoro do cargo e eticamente a imagem do mandatário da Nação? Não atinge também a imagem pública de um líder popular que quer disputar novamente a Presidência da República? No mínimo mostra os tipos de negócios tratados no círculo de amizades do ex-presidente.

É evidente que a história do sítio muda completamente se ficar comprovado que os presentes dados foram em troca de alguma ação de governo. É exatamente isso que a Operação Zélotos e agora a Operação Lava Jato estão investigando: se tais presentes tem a ver ou não com a venda de Medidas Provisórias ou com as propinas da Petrobras. Se algo assim for provado, o ex-presidente Lula pode ficar mesmo bem encrencado com a Justiça brasileira. E aí não se poderá alegar que se tratou de "linchamento político e moral" de Lula com objetivos eleitorais.

Igualmente grave é que se venha a descobrir que o sítio de Atibaia não está apenas emprestado, mas pertence mesmo ao ex-presidente. Nesse caso, mais do que justificar a origem dos recursos utilizados na compra da propriedade, como acontece com qualquer cidadão, o ex-presidente precisará explicar à Receita Federal e ao povo brasileiro porque ocultou o sítio na sua declaração de bens. Essa não é uma questão privada, é uma questão pública. Até agora as notas divulgadas pelo Instituto Lula não esclarecem os aspectos nebulosos dessa história. O esclarecimento é uma exigência da sociedade. Nenhum povo constrói verdadeira democracia em cima da dissimulação e da mentira.

Hamilton Octavio de Souza é jornalista e professor.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Currículo Lattes sofre severas críticas

Durante uma aula magna sobre o tema "Contra a Universidade Operacional" na Universidade de São Paulo (USP), a filósofa Marilena Chauí se posicionou contrária ao currículo Lattes e a tudo o que ele representa para a educação.

De acordo com ela, a sociedade brasileira se submeteu à ideologia neoliberal que transforma direitos sociais em serviços e transforma a ideia de autonomia universitária em um processo de gerenciamento empresarial da instituição.

Sobre o currículo, Chauí foi categórica: "É um crime o currículo Lattes! Porque ele não quer dizer nada. Eu me recuso a avaliar alguém pelo Lattes.

Vejo as pessoas desperadas porque perderam ou ganharam sete pontos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o que não significa nada. A gente incorporou a competição pelas organizações, pela eficácia", destacou Chauí. Mais tarde, acrescentou: "Fuvest e Lattes são a prova da estupidéz brasileira".

Abepss questiona parceria com a Vale

A atual gestão da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, junto ao GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social e ao GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, divulgou uma nota de repúdio ao edital do prêmio Vale-Capes de Ciências e Sustentabilidade. O texto critica a parceria feita entre a instituição e a empresa Vale em um prêmio que é voltado para a produção de teses e dissertações nas pós graduações nacionais.

De acordo com a nota, "não é possível conciliar as práticas políticas e sociais da

empresa com qualquer concepção de sustentabilidade, respeito aos direitos humanos e ambientais e horizonte de formação humana minimamente digna e comprometida com a vida em todas as suas formas".

A Associação aponta ainda que a parceria coloca em questão a seriedade e o compromisso na formação, produção de pesquisas e de conhecimento no Brasil. "Manifestamos nosso repúdio, convocamos a comunidade científica para esse manifesto e esperamos a revisão dessa parceria no sentido de sua ruptura", finalizava.

Trabalhadores da MABE continuam mobilização

Na última quinta-feira, trabalhadores da metalúrgica MABE, acompanhados por estudantes, realizaram mais um protesto nas ruas de Campinas. Os manifestantes exigiam o pagamento dos empregados da companhia e, em protesto, queimaram uniformes da empresa multinacional, que decretou falência e demitiu quase dois mil trabalhadores.

Os trabalhadores estão ocupando duas sedes da fábrica, em Hortolândia e em Campinas, desde o início do mês de fevereiro e os operários seguem exigindo seus postos de trabalho de volta, além do pagamento de salários atrasados. Ainda segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, nenhum dos funcionários demitidos rece-

beu guias para o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tampouco termos para receberem o seguro-desemprego.

De acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT), essa é a situação trabalhista mais grave dos últimos dois anos em andamento em Campinas, por conta da quantidade de pessoas afetadas.

Imigrantes Haitianos iniciam campanha

A rede Jubileu Sul Brasil iniciou, na semana passada, uma campanha colaborativa para a reforma do prédio que servirá de sede para a União Social dos Imigrantes Haitianos. A União é uma organização que tem por objetivo oferecer serviços sociais em âmbito nacional e internacional, criado por imigrantes haitianos que residem em São Paulo. As doações podem ser feitas através do link: www.vakinha.com.br/vaquinha/reforma-da-sede-da-usih.

No dia 26/3 está agendado um mutirão na sede para que haja limpeza, pintura e pequenas reformas, além de transformá-la num ponto de entrega para doações.

O mutirão acontecerá das 9h30 às 13h, na Vila dos Estudantes, 34, bairro do Glacério e é aberta para outros colaboradores.

Andes-SN escolhe sua nova direção

Nos dias 10 e 11/5, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) realizará eleições. Apenas uma chapa foi inscrita para concorrer ao pleito, a chapa "Unidade na Luta", que defende educa-

ção pública de qualidade, os direitos da categoria docente e a valorização de trabalho, além de um sindicalismo combativo, classista, autônomo e radicalmente democrático.

No dia 2/3, a chapa lançou um manifesto no qual se

compromete com os 35 anos de luta do Andes-SN em defesa dos direitos dos trabalhadores e de uma educação socialmente diferenciada.

A APROPUC manifesta seu apoio à chapa Unidade na Luta, assim como à luta do Sindicato.

ROLA NA RAMPA

Coletivo debate conjuntura política do Brasil

No dia 1/3, terça-feira, o coletivo RUA - Juventude Anticapitalista organizou o evento Vozes da Rua, que convidou os estudantes a debaterem sobre o atual cenário do país. Estiveram presentes Isa Penna (advogada e militante feminista), Lais Melo (estudante que participou da ocupação na E.E. Antonio Manoel) e Simone Nascimento (diretora de assistência estudantil da UNE pela Oposição de Esquerda) e estudante da PUC-SP.

Penna fez uma breve contextualização que permitiu entender as lutas que estão colocadas hoje para a esquerda brasileira. Ela destacou como o Partido dos Trabalhadores (PT) se distanciou da questão social em nome da governabilidades. "Temos uma disputa de poder entre dois setores que, na prática, defen-

dem um modelo que suga direitos e quem é afetado não é representado", pontuou. Ainda assim, segundo ela, a juventude tem se mostrado como um sujeito que responde a esses ataques e que deve canalizar suas energias para ações coletivas.

Nesse sentido, Lais Melo afirmou que a ocupação das escolas estaduais surgiu como um grande incentivo à luta das mulheres, uma vez que muitas meninas se aproximaram do feminismo e enxergaram a importância da militância.

Simone, por sua vez, pontuou que a educação não está deslocada do projeto que conduz a atual crise econômica. "É um cenário muito parecido com o macroeconômico: os bancos lucram e quem paga a conta são os estudantes e trabalhadores", afirmou.

Política cambial no Brasil é tema de evento

O Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política, junto ao Departamento de Economia e ao Depe - Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica, convidam para um evento que tratará do tema

"Taxa de Câmbio e Política Cambial no Brasil". O encontro contará com a presença do professor Pedro Rossi, da Unicamp, e com a coordenação do professor Dr. Antonio Corrêa de Lacerda, e acontecerá no dia 7/3, às 17h30, na sala 500-A.

Revista Cisma lança projeto de acessibilidade

A Revista Cisma, publicação semestral de crítica literária e tradução, organizada pelos estudantes da graduação da Letras da USP, de forma autônoma e independente, chega a sua sétima edição com um importante projeto de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência visual. Com apoio do ProAC, o projeto chamado Cisma Acessível disponibiliza, gratuitamente, todas as edições da revista em áudio no site www.cismaacessivel.com. Além disso, a revista, que é

aberta a quaisquer estudantes de graduação do Brasil e do mundo, está com chamada aberta para inscrição de novos textos e ilustrações, até o dia 27/3, através do email textos@revistacisma.com; Ilustrações (contendo portfólio com 4 ilustrações ou fotos em P&B) devem ser enviadas para revistacisma.ilustracoes@gmail.com. O tema sugestão para criação dos novos trabalhos é "Univoracidade". Outras informações, acesse: www.revistacisma.com.

Evento lança livro sobre Luiz Carlos Prestes

Na 5ª feira, 10/3, na sala 117A do Prédio Novo, às 19h30, acontece o lançamento do livro Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro, de Anita Leocadia Prestes. O evento contará com a participação de Antonio Carlos Mazzeo e Antonio Rago Filho. A organização é do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-

SP e Boitempo Editorial, com o apoio da APROPUC (Associação de Professores da PUC-SP), CEHLA (Centro de Estudos de História Latino-americana), HIMEPE (História, Memória e Pensamento Econômico), NEAM (Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista), NEHTI-PO (Núcleo de Estudos de História: trabalho, ideologia e poder), NEPEDH (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos).

Fundação São Paulo promete acertar abono da PLR

Em contato com a APROPUC o secretário executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo, informou que foi detectada uma diferença nos valores pagos a professores e funcionários e que deverá ser ressarcida pela Fundasp aos trabalhadores da casa. As associações, porém, encontraram irregularidades que reduzi-

ram sensivelmente o valor do benefício, pois contrariamente ao que diz a legislação sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a PUC-SP não isentou os trabalhadores do Imposto de Renda e ainda somou o abono com o salário mensal, o que em boa parte dos casos, fez o desconto alcançar o teto da tabela.

PUC-SP reconhece utilização de nome social

Em ato conjunto a reitoria da PUC-SP e os secretários executivos da Fundasp deliberaram que "fica assegurado o reconhecimento e adoção do nome social aos integrantes da comunidade acadêmica da PUC-SP cujo nome civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero". O ato considera a necessidade de garantir o ingresso, a permanência e o sucesso de todos no processo de escolarização, em respeito aos

direitos humanos, à pluralidade, à dignidade humana e à identidade de todas as pessoas. O ato da Fundasp/Reitoria vai de encontro à resolução do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos das Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT, de 12/1, que consagra a adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identidade civil esteja em desacordo com sua identidade de gênero.

Livro comemora o Dia Internacional da Mulher

O Grupo APMP Mulher lançará no dia 8/3 o livro Mulheres: sua história no MPSP, onde são registradas as trajetórias, experiências e opiniões das promotoras e procuradoras de São Paulo. A publicação conta com a par-

ticipação da professora Maria Celeste Cordeiro Leite Santos, da Faculdade de Direito da PUC-SP. O lançamento acontece no Restaurante da APMP, Largo de São Francisco 34, 12º andar, a partir das 18h30.